

UM DIÁLOGO SOBRE PRÁTICAS COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA¹

Raquel Xavier Grazzinoli - UFJF

RESUMO

Este trabalho é recorte da dissertação de mestrado que buscou discutir possibilidades de melhoria na qualidade do ensino nas escolas da rede municipal de Juiz de Fora. Sabendo que a perspectiva inclusiva tem permeado os debates e diante das fragilidades que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem apresentando ao longo dos anos, pesquisadores vêm desenvolvendo estudos sobre o Ensino Colaborativo e efetivando experiências bem-sucedidas. Diante deste contexto, percebemos a necessidade de instrumentalizar os educadores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora para um trabalho pautado em práticas colaborativas como estratégia para garantir a inclusão, bem como o desenvolvimento da autonomia e habilidades acadêmicas dos estudantes, viabilizando o acesso ao currículo, potencializando suas aprendizagens, resultando em um maior desenvolvimento integral desses sujeitos. A formação do professor é ponto relevante para a melhoria da educação, motivo pelo qual o objetivo central da pesquisa foi a estruturação e oferta de um curso de formação sobre Ensino Colaborativo. O referencial teórico da pesquisa, bem como do curso, se constitui a partir das políticas inclusivas do Brasil e dos estudos de Mendes (2014), Pletsch (2014), Beyer (2013), Orrú (2014/2017), Chiote (2015) entre outros. Os resultados referentes ao processo formativo indicam que houve impacto na prática dos professores, no que tange ao processo de mediação pedagógica e compreensão das políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Ensino Colaborativo.

INTRODUÇÃO

Devido ao fato de, hoje, a escola brasileira se pautar em uma política que preconiza o direito à educação para todos, sem distinção, e de que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) garanta a escola como espaço das diferenças, a presença dos estudantes público da Educação Especial, bem como de tantas outras especificidades que merecem nossa atenção, enseja de nós, educadores, o compromisso com a formação, favorecendo olhar o sujeito como ser de possibilidades e não pela perspectiva da falta. (GRAZZINOLI, 2022).

Nesse contexto, surgiu uma inquietação frente a práticas cristalizadas nas escolas e à urgência de se discutir acerca da formação do professor a fim de capacitá-los a compreender as subjetividades dos estudantes, principalmente daqueles que constituem o público da Educação

¹ Este trabalho é um desdobramento da pesquisa de mestrado intitulada “Ensino colaborativo no município de Juiz de Fora: um estudo de caso”.



Especial, não como barreiras ao desenvolvimento de seu planejamento, mas como balizadoras de mudanças necessárias na didática empregada até o momento.

É comum ouvirmos de professores que “não estão prontos” para o trabalho com o estudante com deficiência. O desafio do “não saber” deve ser propulsor para a busca de informações e estratégias, não da paralisação. Neste contexto, se torna perceptível a urgência de oferta da formação. Existe, ainda, a necessidade de realizar um trabalho informativo/educativo junto aos profissionais da educação e à sociedade como um todo, acerca da mudança de paradigma em prol da inclusão.

Sendo assim, a proposta de formação teve como objetivo compreender a relevância do Ensino Colaborativo, e criar novas estratégias, aliar os saberes das pesquisas já realizadas, como forma de garantir educação de qualidade. No tocante aos estudantes da Educação Especial, a intenção foi fortalecer o planejamento coletivo, a oferta de um currículo acessível, perpassado pelas práticas colaborativas. Para tanto, o referencial utilizado: Mendes (2014), Pletsch (2014), Beyer(2013), Orrú(2014/2017, Chiote (2015) e outros.

METODOLOGIA

A proposta metodológica, a partir da constatação da necessidade da formação docente voltada para a temática da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi apresentar e refletir sobre as políticas e legislações que orientam a educação inclusiva nos sistemas educacionais brasileiros. Para tanto, pensamos que era preciso, além da base epistemológica, trazer o que era empírico, através da formação em contexto: ouvir os sujeitos implicados e, a partir daí, pensar sobre a possibilidade de (re)construir um novo saber-fazer pedagógico.

A formação abordou temas como: Histórico da Educação Especial no Brasil; Histórico sobre a Educação Especial no município de Juiz de Fora; Estudo dos Marcos Legais da Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva; Estudo do material formativo produzido pelo MEC quando da implementação da PNEEPEI (2008); Princípios gerais e legais nos quais as políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da cidade se ancoram; Construções históricas do município na busca por uma escola de fato inclusiva; o que se compreende como Ensino Colaborativo a partir das pesquisas já realizadas no Brasil; Experiências sobre o Ensino Colaborativo que já vêm se consolidando; Questões acerca das discussões que envolvem os processos de inclusão dos alunos na rede municipal e o papel do professor de ensino colaborativo nesse contexto; Estudos sobre o que não é o Ensino



XXII ENCONTRO COLABORATIVO: ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO, uma vez que ignorar as peculiaridades que estão presentes na constituição de cada sujeito, sua historicidade, podem ser dificultadores para se pensar em mediações planejadas e estruturadas, podendo, assim, impactar nas aprendizagens e, conseqüentemente, na vida do aluno público da Educação Especial; Estudos sobre a Teoria Histórico-Cultural e as contribuições de Vigotski para a educação, principalmente na modalidade Educação Especial; Estudos sobre Desenho Universal para a Aprendizagem e sobre Mediações de qualidade.

A carga horária total da formação foi de 60 horas, das quais 36 ofertadas em 12 (doze) encontros presenciais de 3 horas, quinzenalmente, durante seis meses. As atividades assíncronas foram divididas em 6 (seis) propostas que demandaram, em média, 3 horas para realização. Como forma de finalizar o ciclo formativo, foi solicitado um relato de experiência com as percepções iniciais que os profissionais traziam, as vivências mais significativas durante a formação, as barreiras percebidas no início e quais as possibilidades encontradas, mediatizadas pelo conteúdo do curso. Esse relatório de conclusão do curso garantiu o cômputo das 6 (seis) horas restantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mesmo que, ao longo de toda a pesquisa, tenha-se construído a argumentação sobre a importância dos estudos quanto ao Ensino Colaborativo e as práticas mediadas por essa estratégia didática mais responsiva, vale salientar que não há evidência quanto à necessidade de formação dessa natureza, no entanto objetivamos garantir aos professores mais um espaço de reflexões, principalmente no que tange ao trabalho nessa perspectiva, de forma a que possam se sentir melhor preparados para a implementação efetiva dessa abordagem nos espaços educacionais da rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

Como os relatos de experiência dos cursistas indicaram impacto positivo em suas práticas pedagógicas, que a didática foi (re)inventada e as mediações puderam ser bem mais significativas, nos fortalecemos em trazer para o conhecimento de um maior número de estudiosos e pesquisadores a possibilidade de uma formação potente na busca pela melhoria e efetivação de processos inclusivos.

Acreditamos que, por meio do diálogo e dos estudos desenvolvidos, tanto com as cursistas, como nas escolas em que atuam e que aceitaram uma das proposições do curso que era a formação continuada em contexto, encontramos formas possíveis de ofertar mediações qualitativas, que possibilitem ao aluno público da Educação Especial experienciar momentos



relevantes que lhe permitem enraizar novos conhecimentos a fim de viabilizar mais qualidade de vida, maiores aprendizagens e maior autonomia.

Buscamos, a partir das narrativas dos cursistas, refletir como suas concepções iniciais foram impactadas, se de forma relevante para seu desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, nas suas práticas junto aos estudantes, que vivências escolares apontam como possíveis de serem (re)construídas a partir da formação e se as consideram significativas para os estudantes, bem como o que esperam levar para o interior da escola com essa formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa formação foram oportunizados o conhecimento de questões pontuais implicadas na garantia de uma escola das diferenças, como o aprofundamento no estudo de bases epistemológicas fundamentais para essas reflexões, além do acesso a conceitos transformadores, principalmente no que diz respeito às inúmeras possibilidades de ser e estar no mundo, com as múltiplas facetas que constituem o desenvolvimento humano.

A dialogicidade e os conteúdos propunha mudanças internas nos cursistas, para que se pensasse a perspectiva inclusiva como algo fundamental para a sociedade, não apenas na sala de aula. Esperamos também que essa seja uma proposta potencializadora de práticas colaborativas no interior da escola, visando a um objetivo comum, que é a qualidade das aprendizagens possibilitadas aos alunos.

Julgamos que a partir dessa formação possam ser desenvolvidos outros estudos de suma relevância, como, por exemplo, o monitoramento de ações em escolas cujos profissionais participaram da formação, levantamento de dados a partir dos relatos de experiência dos cursistas, contribuindo para que olhares reflexivos, comprometidos em ações que favoreçam a mudança de paradigma em prol da inclusão e com a luta pela efetividade do direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

CHIOTE, F. de A. B. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.



XXII ENCONTRO DE DEBATE A PARTIR DA PÁTIA

GRAZZINOLI, R. X. Ensino Colaborativo no município de Juiz de Fora: Um estudo de caso / Raquel Xavier Grazzinoli. -- Presidente Prudente, 2022. 101 p.: tabs. + objeto educacional. Dissertação (Mestrado profissional - Educação Inclusiva (PROFEI) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ORRÚ, S. E. (Org.) Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro (RJ): Wak Editora, 2014.

ORRÚ, S. E. O reinventar da inclusão – Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU, 2014.